

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2022
CHAVE TCE: C5C98EFE14FE7D0379810A0D221E5F46AEB2E5CD
PROCESSO 14508/2022-e

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, com sede na Rua Alberto Werner, 100, bairro Vila Operária, torna público que abriu prazo para o **CREDENCIAMENTO DE OFICINEIROS PARA MINISTRAR AULAS DE ARTESANATO, RECREAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL NAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE ATENDIMENTO, QUE INTEGRAM A SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA**, conforme especificado neste **Edital e seus anexos**.

O presente credenciamento encontra-se embasado no Art. 25 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, da qual utilizar-se-á para aplicação no que couber.

O prazo de vigência para cadastramento, seleção e credenciamento será indeterminado, inexistindo prazo limite para que os interessados possam comparecer perante a Administração Pública e solicitar o cadastramento, sem prejuízo deste submeter-se a alterações no curso do credenciamento, inclusive no rol dos serviços, preços e demais termos que vincularão os credenciados. Salvo pedido de descredenciamento, a adesão ao mesmo implicará o aceite de suas alterações supervenientes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Abertura de processo de credenciamento de oficinairos para MINISTRAR AULAS DE ARTESANATO, RECREAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL nas unidades descentralizadas de atendimento que integram a Secretaria de Promoção da Cidadania, conforme Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Por hora aula efetivamente realizada será pago o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Serão admitidos a participar deste Credenciamento, somente os que estejam legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto referido no presente edital.

3.2. Será vedada a participação de empresas quando:

- a) constituídas na forma de consórcio;
- b) que tenham sido declaradas inidôneas pela administração pública federal, estadual ou municipal, ou que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública;
- c) sob o processo de Falência ou Recuperação Judicial;

3.3. As proponentes deverão apresentar carta de apresentação com a indicação do representante credenciado para praticar todos os atos necessários em nome da proponente em todas as etapas do processo de credenciamento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular, com apresentação também de documento de identidade quando solicitado pela Comissão.

3.4. Poderão habilitar-se, para cadastramento, seleção e credenciamento, pessoas jurídicas, integrantes da categoria de Microempreendedor Individual (MEI), que comprovem qualificação e atuação na área de interesse, conforme disposto nos itens 5 e 11 e que apresentarem Carta Proposta e/ou Requerimento que estejam de acordo com os serviços e valores previstos no Termo de Referência.

3.5. É vedada a subcontratação dos serviços objeto deste Credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. O envelope contendo as documentações necessárias ao credenciamento deverá ser apresentado lacrado, com todos os documentos exigidos em seu interior, e com os seguintes dizeres na etiqueta externa:

Credenciamento nº 001/2022 OFICINEIROS MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC A/C Diretoria de Licitações e Contratos Rua: Alberto Werner, nº 100, Bairro: Vila Operária. CEP 88.304-053 – Itajaí / SC NOME: _____ CNPJ: _____ TELEFONE: _____ E-MAIL: _____
--

4.2. O local de entrega dos envelopes será na Prefeitura Municipal de Itajaí, Diretoria de Licitações e Contratos, sita à Rua Alberto Werner, nº 100, Itajaí/SC, bairro Vila Operária, CEP 88304-053.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA AO CREDENCIAMENTO

5.1. Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser apresentados ou em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial, e preferencialmente rubricada e paginada em todas as suas folhas.

5.2. Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

5.3. A proponente deverá apresentar em 01 (uma) via os seguintes documentos:

5.3.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

I – Certificado da condição de MEI – Microempreendedor Individual;

II – Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo incluso (Anexo V).

5.3.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão é eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível no site www.tst.jus.br/certidao e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

5.3.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I - Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura dos envelopes.

5.3.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Área Artesanato – Todas as Categorias: Ensino Fundamental, experiência de atuação na categoria selecionada ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidas por pessoa jurídica.

II – Área Recreação – Categoria Atividade Física: Ensino superior completo, registro no Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), experiência de atuação na categoria ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidos por pessoa jurídica.

III – Área Recreação – Categoria Dança: Ensino médio completo, experiência de atuação na categoria ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidos por pessoa jurídica.

IV – Área Tecnologia de Informática – Categoria Monitor: Ensino médio completo, experiência de atuação na categoria ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidos por pessoa jurídica.

5.3.5 – CARTA PROPOSTA

I - Cada proponente poderá apresentar apenas uma Carta Proposta e/ou Requerimento, ou seja, para apenas uma oficina, conforme modelo anexo.

5.3.6 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

I - Apresentar declaração de que não é cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Itajaí, conforme modelo anexo.

5.3.6 – DECLARAÇÃO DE ACEITE

I - Apresentar a declaração de aceite conforme modelo anexo.

CLÁUSULA SEXTA – DA ABERTURA

6.1 A Diretoria de Licitações e Contratos receberá os envelopes contendo os documentos e verificará se a documentação atende ao exigido na cláusula quinta deste edital.

6.2 Aberto o envelope e constatado irregularidade na documentação apresentada, será comunicado por escrito à proponente, a qual poderá retirar os documentos apresentados e reapresentá-los novamente num novo envelope escoimados das irregularidades apontadas.

6.3 Restando regular a documentação, será publicado o resultado na imprensa oficial do município, declarando o credenciado, com fundamento no “caput” do artigo 25 da Lei 8.666/93 e a posterior celebração do respectivo contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente mediante apresentação do relatório de prestação de serviços assinado pela (as) Coordenadora (s) das unidades descentralizadas, na qual a CREDENCIADA/CONTRATADA prestar o serviço, e pelo Fiscal designado, e da nota fiscal devidamente acompanhada da seguinte documentação:

- Certidões Negativas Federal, Estadual e Municipal;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa Trabalhista;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA/CONTRATADA

8.1. Respeitar rigorosamente os horários de trabalho da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, assim como das unidades descentralizadas de atendimento.

8.2. Retirar o material de apoio (material de artesanato) nas unidades descentralizadas designadas para trabalho e entregar o mesmo diretamente nas residências dos alunos.

8.3. Realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registradas no planejamento.

8.4. Acompanhar o desenvolvimento das atividades ministradas.

8.5. Participar de reuniões com a coordenação.

8.6. Participar das atividades de capacitação.

8.7. Atuar ética e profissionalmente.

8.8. Participar dos eventos da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma pactuada no contrato.

9.2. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.4. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

9.5. Comunicar a CONTRATADA, sempre que necessário qualquer deficiência em relação aos serviços prestados.

9.6. Informar a CONTRATADA quais os procedimentos para a correta prestação dos serviços, assim como quaisquer outras alterações no decorrer do contrato.

9.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato; confeccionar o relatório de prestação de serviços; atestar na Nota Fiscal/Fatura a entrega efetiva do objeto, fiscalizar os métodos utilizados no serviço, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal.

9.8. A CONTRATANTE terá o direito de recusar todo e qualquer serviço que não estejam adequados para a execução do objeto.

9.9. Compete também a CONTRATANTE, solicitar o afastamento do profissional que não estiver apto às obrigações estabelecidas no contrato ou que não tenha comportamento adequado no desenvolvimento dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

10.1. O prazo de execução do objeto será de 12 (doze) meses e o prazo de vigência será de 15 (quinze) meses, ambos a partir da assinatura, permitindo-se a prorrogação nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

Será considerado inexecutado total ou parcialmente o contrato quando:

a) O CONTRATADO tiver 1(uma) falta injustificada durante todo o período de vigência contratual;

b) O CONTRATADO tiver 2 (duas) faltas justificadas, excetuando-se aquelas de motivo de força maior (doença, acidente, morte em família, gravidez, etc.);

c) Também será considerada falta injustificada o descumprimento dos horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, observada a contagem de 10 (dez) dias consecutivos ou 20 (vinte) alternados de descumprimentos de horários.

d) A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

e) O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

f) O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista na Seção II

- Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Edital.

g) O Município poderá aplicar à CONTRATADA, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

g.1) advertência;

g.2) multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento do objeto licitado;

g.3) multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência do fornecimento ou execução;

h) Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

h.1) 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;

h.2) 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

h.3) 0,33% por dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos no Edital e neste Contrato;

h.4) Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo Município, em retirar a Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a pessoa jurídica adjudicada ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta da licitante vencedora.

h.5) A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

h.6). As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, bem como em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Em caso de revogação ou anulação deste processo, serão observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.2 O credenciamento decorrente do presente edital terá caráter precário, uma vez que a qualquer momento o credenciado poderá denunciar a avença, bem como a Administração poderá descredenciá-lo, caso seja constatada qualquer irregularidade na

observância e cumprimento das normas fixadas no edital ou no contrato, bastando para tanto notificar por escrito e conceder prazo legal.

13.3 Aplica-se ao presente Edital nas partes omissas, a legislação em vigor.

13.4 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Credenciamento será o Município de Itajaí.

Itajaí (SC), 01 de fevereiro de 2022

JEAN CARLOS SESTREM
Secretário Municipal de Governo

TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I – CARTA PROPOSTA
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ACEITE
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

O Termo de Referência e os anexos I ao IV estão disponíveis em um arquivo PDF, anexado ao edital no site do Município de Itajaí.

ANEXO V
CREDENCIAMENTO Nº 001/2022

DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART. 27, DA LEI 8.666/93.

_____, (nome da empresa), com sede na
_____(endereço da empresa), CNPJ
_____, por seu representante legal infra-assinado, em
atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27
de outubro de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma
contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não
possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho
(exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Em de de 2022

.....

Nome e assinatura